DIOGO PIRES AURÉLIO[1]

A IMAGEM POR VER, OU A IDENTIDADE NACIONAL SEGUNDO EDUARDO LOURENÇO

The image not yet seen, or national identity according to Eduardo Loureço

Abstract

Saudade's Labirinth «is probably Eduardo Lourenço's best-known book», as João Dionísio wrote. Its fame, however, did not provide and even hindered a true discussin of its content. This paper aims to be a contribution to this missing discussion. It presents a hypothesis to explain the myth that surrounded this work as well as its author, trying to demonstrate that the key to this explanation, more than in Portuguese cultural history, lies above all in Portuguese political circunstances at the time it was published.

Keywords: myth, identity, nation, socialism, revolution

Resumo

O Labirinto da Saudade «é provavelmente o livro mais conhecido de Eduardo Lourenço», como escreveu João Dionísio. A sua fama, porém, não proporcionou e até impediu uma verdadeira discussão do seu conteúdo. Este artigo pretende ser um contributo para essa discussão em falta. Apresenta uma hipótese para explicar o mito que envolveu a obra e o

[1] Membro integrado do Instituto de Filosofia da Universidade do Porto. Professor aposentado da FCSH, Universidade Nova de Lisboa.

DOI: https://doi.org/10.21747/21836892/fil41a3

seu autor, procurando demonstrar que a chave dessa explicação, mais do que na história cultural portuguesa, reside sobretudo nas circunstâncias políticas da época em que foi publicada.
Palavras-chave: mito, identidade, nação, socialismo, revolução

Time present and time past
Are both perhaps present in time future
And time future contained in time past.
T. S. Eliot

Poucos anos após o 25 de Abril, Eduardo Lourenço tornou-se um mito. Num país e, sobretudo, num meio pouco dado à mitificação dos seus, o caso dá que pensar. Havia, é certo, a obra. Mas outros, como Agustina, Jorge de Sena ou Vergílio Ferreira também a tinham e, por muito admirados que fossem, não o eram enquanto mitos. Para mais, uma parte importante do que viria a ser o legado de Lourenço estava ainda por publicar, senão mesmo por escrever. Como se explica semelhante fenómeno? A nosso ver, e antecipando o que a seguir tentaremos justificar, uma tal mitificação só é compreensível à luz da recolha de ensaios intitulada *O Labirinto da Saudade*[2], publicada em plena ressaca da revolução, quando a ideia de um «socialismo outro», como então se dizia, um socialismo sem o ónus da repressão associada ao «socialismo real», nem os vícios apontados ao capitalismo, se confrontou com a sua natureza utópica, deixando uma parte da esquerda, porventura a mais sofisticada do ponto de vista intelectual, ideologicamente desamparada. Com *O Labirinto* e a sua prosa encantatória, era como que uma transmutação dos mitos que se operava, colocando no lugar de um mito que morria - o mito da revolução - um outro que ressuscitava - o mito da verdadeira identidade nacional. Até aí, segundo o autor, tínhamo-nos iludido com imagens irrealistas, inclusive a imagem, então ainda recente, de uma ''descolonização exemplar", ou a não menos ilusória fantasia de um avatar do V Império disfarçado de «vocação terceiro-mundista». Era, por isso, mais do que tempo para um face a face connosco mesmos, a partir do qual seria possível perspectivar e construir uma imagem e um futuro à medida das nossas reais possibilidades. O que Lourenço anunciava não era um projeto, muito menos um programa. Tinha até um lado sebastianista bastante evidente, muito embora o rei por vir, neste caso, encarnasse numa imagem ainda por ver, uma imagem cujo rosto continuava por desvelar. Mas era o bastante para que uma parte assinalável da *intelligentsia* e até da sociedade em geral se projetasse nela, sublimando na promessa de uma identidade autêntica, a revelar pela necessária «autognose colectiva», as frustrações com que a

[2] E. Lourenço, *O Labirinto da Saudade*, Publicações Dom Quixote, Lisboa 1978.

história recente minara a utopia revolucionária, ainda esta mal despontara.

1. O mito Lourenço

Que eu saiba, foi José-Augusto França quem primeiro apontou, faz agora 40 anos, a condição de mito que, já então, era a de Eduardo Lourenço no meio intelectual português. A designação, além de irónica, por destinar-se a alguém que tanto e tão criticamente escrevera sobre a mitologia pátria, tinha o seu quê de insólito. Mesmo dando de barato a longa amizade que existia entre ambos, e bem assim o facto de o elogio surgir numa revista que homenageava Lourenço com um «número especial»[3], semelhante mitificação, ainda o mitificado mal transpusera a meia-idade, era caso para desconfiar. No entanto, contra todas as possíveis reticências que se lhe poderiam colocar, o citado mito - «o mito que sem querer eras», como escreveu o citado J.-A. França[4]- iria resistir e consolidar-se durante as muitas décadas que o autor ainda tinha pela frente.

Uma explicação fácil, porventura demasiado fácil, seria o modo afável que Lourenço usava no trato com os demais. Ele era, de facto, um sedutor, não à maneira do célebre personagem de Kierkegaard, mas como alguém a cuja inteligência era difícil ficar indiferente, que fazia admiradores onde quer que fosse e era incapaz de dizer «não» a quem quer que lhe pedisse uma entrevista, um prefácio, ou coisas do género. Todavia, os mitos não se fazem de afabilidade, além de que, neste caso, talvez nem fosse adequado invocá-la, tal a intrepidez e a veemência com que, por vezes, Lourenço interpela os seus adversários. Convém, aliás, não esquecer a este respeito o provérbio que ele gostava de citar: «Quem de mel se faz, as abelhas o comem». A existir, pois, uma *persona* em quem o mito encarnasse, decerto não era o Eduardo Lourenço enquanto cidadão, nem tão-pouco o crítico literário e o ensaísta, o homem de cultura e, sem dúvida alguma, conforme assinalou recentemente Pedro Sepúlveda, «o primeiro crítico a reconhecer a natureza genial de Pessoa e a retirar dela as necessárias consequências»[5]. Se olharmos, por exemplo, aos vários escritos que já então publicara sobre o poeta, inclusive o *Fernando Pessoa Revisitado: Leitura Estruturante do Drama em Gente* (1973) – uma referência incontornável nos estudos pessoanos, quaisquer que sejam as objecções que eventualmente se lhe possam colocar -, verificamos com surpresa que eles desempenham um lugar relativamente discreto no mito a que J.-A. França se refere. Aquilo que na realidade contribuía para a mitificação de Lourenço era, sobretudo, a reflexão por ele desenvolvida em torno da mitologia pátria, reflexão

[3] J.-A. França, «A razão do ausente. Carta aberta a um mito chamado Eduardo Lourenço», *Prelo*, *Revista da Imprensa Nacional-Casa da Moeda*. Maio -1984, nº especial dedicado a E. Lourenço, pp. 27-33.

[4] Ibidem, p. 29.

[5] P. Sepúlveda, «Introdução», *in* E. Lourenço, *Obras Completas*, IX. Coordenação, organização e notas de P. Sepúlveda. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa 2020, p. 15.

que culmina em *O Labirinto da Saudade* e tem por objecto esse jogo de espelhos em que, a partir do modo como nos imaginamos aos olhos dos outros, fazemos uma imagem de nós próprios enquanto comunidade. Sem dúvida, a excelência do trabalho anterior de Lourenço já era reconhecida, estando, por conseguinte, a sua reputação fora de causa. O reconhecimento, porém, restringe-se ao domínio dos factos e da relação que se estabelece entre eles, sendo por isso disputável e passível de concordância ou discordância, de argumentação, em suma. Pelo contrário, o mito situa-se num plano que está para além dos factos, numa transcendência que é fruto apenas da imaginação, mas nem por isso menos efetiva do ponto de vista passional. Não é, pois, J.- A. França que cria o mito Lourenço, é o mito que se lhe impõe como uma crença, já então disseminada por entre a incerteza reinante. Volvidos apenas quatro anos sobre o 25 de Abril, uma parte da elite intelectual, desapontada com o evoluir dos acontecimentos e o ruir daquilo com que tanto sonhara, via espelhado nas páginas do *Labirinto* o seu próprio desencanto. Mas não só. Nas entrelinhas, a par da crítica impiedosa às mistificações do passado - quer o longínquo, quer o próximo - assomava um simulacro de redenção, traduzido num apelo a que a nação assumisse a sua autêntica identidade. E de tal maneira esse apelo se repercutiu, como uma espécie de evidência contagiante, no meio político e intelectual, que Lourenço se viu transformado, ele próprio, num mito, o mito do profeta, ou pontífice – aquele que faz a ponte entre o presente e o futuro - do anjo que dá, no conhecido verso de Mallarmé, «um sentido mais puro às palavras da tribo».

Por natureza, recorde-se, o mito remete para um tipo de realidade diferente daquela que é acessível aos sentidos e ao próprio entendimento. Etimologicamente, o termo provém do verbo *mythéomai*, que significa desocultar, isto é, manifestar, nomear, narrar algo que se desconhecia, sendo, portanto, desse ponto de vista, um sinónimo de *lógos*, que tem a sua raiz no verbo *légo* (anunciar, dizer). Nos inícios da literatura e do pensamento gregos - em Homero, Parménides, Hesíodo ou Xenófanes –, ambas as palavras se usavam ainda para designar um qualquer acto de fala, fosse este um discurso, um anúncio ou uma narrativa. Só na obra de Platão é que, pela primeira vez, elas aparecem como antónimas e com a significação que ainda se mantém nos dias de hoje: enquanto o *lógos* é um discurso passível de argumentação ou refutação, a narrativa mitológica é intrinsecamente centrada em si mesma, à semelhança da palavra poética, impossível, por definição, de refutar ou fundamentar. No dizer de Roland Barthes, «o mito é um sistema de comunicação», pelo que «não pode ser de modo nenhum um objecto, um conceito ou uma ideia»[6] . O mito, em resumo, é uma fábula que evidencia algo a que não se chega por dedução, nem por indução, mas que se mostra e dá por evidente através de um discurso que o arranca das profundezas da experiência partilhada por uma cultura. Não por acaso, as fábulas de Esopo reservam à enunciação da respectiva moralidade o último parágrafo, invariavelmente começado

[6] R. Barthes, *Mitologias*, trad. J. A. Seabra. Edições 70, Lisboa, s/d, p. 249.

pela expressão *O mýthos delói óti* (a fábula mostra que…). Na verdade, a fábula, à primeira vista, mostra apenas uma sequência de factos encadeados numa história passível de ser contada, oralmente ou por escrito. Por debaixo, porém, desse lado por assim dizer superficial, as palavras ocultam uma verdade de uma outra natureza, a qual só *a posteriori* se desvela e, por isso mesmo, Esopo a reserva para o fim: é a sua moralidade, os valores e costumes que através dela se transmitem e que constituem o *ethos* de uma comunidade. Só assim as palavras se elevam da estrita literalidade à condição de fábula, ou mito, assumindo um sentido que transcende a literalidade do texto e se apresenta como pura evidência no interior de uma determinada cultura. O mito da caverna, por exemplo, mostra como as impressões sensoriais não passam de uma sombra, um simulacro da verdadeira realidade, aquela que a ciência nos revela; o mito de Sísifo mostra a violência que se abate sobre aqueles cuja *hýbris* se atreve a enfrentar os limites que desde sempre se impõem a tudo o que há na natureza; o mito da identidade nacional, enfim, mostra a existência de um «nós» que é necessário pressupor para se pensar a existência de um agregado, não obstante a sua natureza ser fictícia, efetivável apenas mediante o recurso à representação. Todos os mitos sobrevivem assim e, mais do que isso, atuam na vida das sociedades, encarnando algo que transcende cada um dos seus membros, mas que se lhes impõe como que alucinatoriamente, garantindo um sentido à existência do colectivo.

2. O mito da verdadeira identidade

Uma parte significativa da obra de E. Lourenço incide, directa ou indirectamente, sobre as figurações que o colectivo assumiu ao longo da história e cuja sucessão, conforme o próprio autor afirma logo no início d´*O Labirinto*, «revela o irrealismo prodigioso da imagem que os portugueses se fazem de si mesmos»[7]. Um tal irrealismo, explica o autor, tem na sua génese uma sucessão de fenómenos que marcaram a história de Portugal e a que o autor, recorrendo ao vocabulário freudiano, designa por «traumas»: a revolta de Afonso Henriques contra a própria mãe e a separação do condado portucalense do reino de Leão e Castela; a perda da independência em 1580; o *ultimatum* inglês em 1890; a perda das colónias em 1974. A consideração de qualquer um destes factos como ‘’trauma” justifica, aliás, o subtítulo da obra: «Psicanálise mítica do destino português». É, com efeito, segundo Lourenço, a forma improvável como o país logrou emancipar-se politicamente do vizinho castelhano que vai marcar, de modo indelével, o imaginário nacional e o ser comum que nele se desvela. Os traumas subsequentes não são senão reverberações dessa falha genética. Se, por um lado, a independência do País parece não se explicar sem o recurso ao transcendente, como um milagre que elevaria o novo reino ao estatuto de “povo eleito por Deus”, por outro lado, ela não apaga, no

[7] Cit. p. 29

plano imanente, o temor face à desproporção do poderio estrangeiro, cuja sombra permanecerá como ameaça ao exíguo condado que acabou de se emancipar. Há, por conseguinte, como que um desdobramento da imagem colectiva, em virtude do qual a nação oscila, numa tensão bipolar, entre a euforia e a depressão, entre a megalomania, que toma por excepcional o mais insignificante dos seus gestos, e o sentimento de impotência e auto-flagelação, que a leva ao embasbacamento com tudo o que vem de fora. Desde a publicação em 1552 da *I Década* de João de Barros, a qual constitui, na opinião abalizada de José Mattoso, «a primeira obra em que os portugueses aparecem como sujeito»[8], a nossa cultura – literária e não só – abunda em exemplos dessa variação que se diria intrínseca à mitologia a cuja luz os portugueses se vêem como um sujeito único, sedimentado por uma história de muitos séculos e dotado de uma vontade autónoma, capaz de decidir sobre o seu futuro. Mas tanto a megalomania hiperbólica, como a depressão hipercrítica, são para Lourenço sintomas da mesma fragilidade estrutural, que de facto nunca chegou a ser superada e que, por isso mesmo, se vê recorrentemente recalcada. «Nós fomos», diz o autor, «nós somos uma pequena nação que desde a hora do nascimento se recusou a sê-lo, sem jamais se poder convencer que se transformara em grande nação»[9]. Daí a natureza literalmente trágica d'*Os Lusíadas*, o seu papel fundacional da identidade da nação e, por inerência, de inspiração e fio condutor d´*O Labirinto da Saudade*. Se, de facto, a dada altura nos tomámos por uma nação cuja grandeza parecia desmentir aquilo que na realidade somos, foi porque o génio de Camões rasurou o traumático destino que nos fora talhado no berço e, num exercício de pura sublimação, reinventou a história pátria, inscrevendo-a na linhagem dos heróis e deuses da Antiguidade, e inaugurando assim o mito em que o povo alucinatoriamente se reviu depois. Lourenço assinala-o em termos verdadeiramente inexcedíveis: «*Os Lusíadas* recebem uma luz espectral e fulgurante quando lidos no contexto de uma grandeza que subterraneamente se sabe uma ficção, ou, se se prefere, de uma ficção que se sabe desmedida, mas precisa de ser clamada à face do mundo menos para que a oiçam do que para acreditar em si mesma»[10].

Compreende-se, assim, o propósito d' *O Labirinto da Saudade*: denunciar a desconformidade das imagens em que, até hoje, os portugueses julgaram reconhecer-se e, em seguida, apontar a realidade que era suposto essas imagens refletirem e que, não obstante, permanece oculta sob um véu de ficções as mais alienantes. Até certo ponto, há nesta operação alguns ecos do iluminismo. Pode mesmo dizer-se que ela sugere uma emenda da imaginação, à semelhança da «emenda do entendimento» esboçada por Espinosa três séculos antes. Tal como este apontava o caráter fictício das narrativas bíblicas, apresentando-as como projecção do imaginário dos seus autores e das circunstâncias em que foram escritas, assim também *O Labirinto* desnuda a

[8] J. Mattoso, *Identidade Nacional,* Fundação Mário Soares, Lisboa 1998, p. 34

[9] *O Labirinto da Saudade*, cit., pp.23-4.

[10] Ibidem, p. 22.

imagem superlativa em que a nação sucessivamente se exibe aos seus próprios olhos, ora em registo positivo, ora em registo negativo, vendo nessa imagem um sintoma, uma expressão à superfície, em que a realidade profunda do ser nacional aparece deformada, seja por manipulação dos poderes do momento ou pela busca espontânea de uma compensação para a fragilidade que lhe subjaz. Numa palavra, Lourenço quer desvendar o lastro subterrâneo que, das profundezas do ser pátrio, teria inspirado as narrativas em que este, ao longo da história, a si próprio se constituiu e reproduziu na consciência colectiva.

Semelhante operação, com tudo o que ela implica de inventário e, ao mesmo tempo, de projecto, requer obviamente uma mudança de perspectiva, um novo ângulo de visão, um ponto, em suma, de onde seria possível vislumbrar, finalmente, essa entidade que tem alegadamente sobrevivido oculta e que Lourenço invoca a título de autêntica identidade nacional. Contudo, um lugar assim só é pensável no exterior da diversidade de opiniões e sensibilidades que se confrontam no espaço público, sob pena de a sua identificação incorrer, ela própria, em deformações de tipo ideológico. Por conseguinte, só a partir de um ponto de observação ideologicamente virgem seria pensável uma crítica das representações pretéritas da identidade nacional, inclusive daquela que, escassos meses depois do 25 de Abril, do fim do império e do improvisado abandono de África, já havia convertido uma série de ocorrências à beira da guerra civil num ‘‘processo exemplar”, ao nível da mais desvairada mitologia com que alguma vez nos iludimos. Torna-se, por isso, imperativa e urgente, conclui o autor, uma «autognose» que nos desvende o que realmente somos.

Não sendo totalmente uma novidade, se nos lembrarmos do que pensava a Geração de 70 a este respeito, o apelo de Lourenço foi acolhido como uma espécie de revelação. Qual criança que grita «o rei vai nu» e abre os olhos à turba atordoada, *O Labirinto* apelava a nada menos que o despertar do País de todos os sonhos com que, durante séculos, se equivocara. Em simultâneo, porém, lastimava o já visível naufrágio do chamado «socialismo outro», utopia em que muitos, entre eles o próprio Lourenço, haviam apostado ser o caminho para a redenção do País. Se o passado fora um equívoco, o futuro revelava-se, no mínimo, uma impossibilidade. É nesse contexto de vazio do imaginário pátrio que surge o anúncio de uma imagem realista do Portugal que fomos e somos. Aquilo que nascia com *O Labirinto da Saudade* não era apenas mais um mito, era o mito do verdadeiro mito, o mito de uma identidade nacional não deformada, por ora ausente, mas da qual a obra de Lourenço, anunciando a sua necessidade, de algum modo antecipava e se constituía já como presença.

3. Nem comunismo, nem capitalismo

Mas os mitos não surgem do nada. Há sempre um meio cultural, um contexto em que eles germinam e uma comunidade onde eles ecoam e se consolidam. É sabido

que a formação de Lourenço, como o próprio referiu em diversas entrevistas, se ficou a dever a alguns dos mestres que conheceu na Universidade, mas também, talvez até mais, aos amigos que fez em Coimbra, cidade aonde chegara, em palavras suas, «mais ou menos analfabeto, sobretudo em matérias literárias»[11]. Do catolicismo que levava da infância e que, entretanto, abandonou, passaria então a frequentar o marxismo que professava a maioria desses amigos, entre os quais sobressaíam nomes como Carlos de Oliveira e João José Cochofel, todos eles integrados no grupo dos chamados neo-realistas. Nunca chegou, porém, a converter-se a essa «igreja», como ele se refere ao movimento, mantendo-se, do ponto de vista ideológico, um dissidente, para quem a nova Jerusalém que alegadamente se erguia em Moscovo, conforme acreditavam muitos desses amigos e uma parte significativa da *intelligentsia* europeia, não passava de mera ideologia. Os textos que publica nas décadas seguintes, designadamente a *Heterodoxia* I e II, o *Sentido e Forma da Poesia Neo-Realista,* e outros que serão reunidos e publicados a partir de 1974 testemunham abundantemente a distância, jamais vencida, que em definitivo o separa daquilo que ele designa por «dogma marxista». Inclusive em muitos artigos que escreveu logo após o 25 de Abril, essa distância continua visível, sem esquecer jamais os acontecimentos de 56 em Budapeste e de 68 em Praga, para já não falar na publicitação, através da obra de Soljenitsin, do que fora o horror estalinista. É verdade que a distância em relação ao dogma oposto, o catolicismo salazarista - ideologia estruturante do Estado Novo - não era menor: Lourenço esteve sempre ao lado dos movimentos de oposição ao regime, colaborou com jornais dos exilados no Brasil, percebeu desde muito cedo o beco sem saída em que o salazarismo ficara logo após o início das insurreições anti-coloniais. Contudo, apesar do muito que o afasta do marxismo na sua versão bolchevista, perfilhado ou pelo menos tolerado pela maioria dos neo-realistas, alguns vestígios desse fundo cultural absorvido nos anos de Coimbra permaneceram como verdadeira marca de água do seu pensamento. E no momento em que o Estado Novo cai, a questão revela-se em toda a sua dimensão dialéctica, senão mesmo trágica: que fazer, quando se recusa o «socialismo real» e, ao mesmo tempo, a democracia liberal e capitalista?

Face ao dilema, Lourenço optará por uma outra via, objectivamente próxima do que em termos geo-estratégicos se designou por «terceiro mundismo»: se, por um lado, reitera a defesa que sempre fez da liberdade e a consequente recusa do bolchevismo, por outro, torna-se arauto de um socialismo que, nas suas palavras, deveria ser «adulto e crítico, nascido da superação efetiva (e não da simples liquidação por grosso) do capitalismo europeu em que estivemos (e em parte continuamos)

[11] Cf. Sessão de apresentação do Vol. II das *Obras Completas* de E. Lourenço, Universidade de Évora, 28/01/2015. Cf. https://youtu.be/RO4thE5qhPK.

integrados»[12]. Para muitos dos intelectuais que nunca tinham estado comprometidos com o Estado Novo, afastada a hipótese de uma adesão pura e simples ao modelo ocidental, era, de facto, esta a alternativa que restava a seguir ao 25 de Abril: ou o comunismo, ou o «socialismo de rosto humano», como a certa altura também se lhe chamou[13]. Ambas possuíam antecedentes no neo-realismo, ambas, a breve trecho, irão debater-se com uma realidade que lhes é adversa e as ultrapassa, ruindo como faróis engolidos pelas ondas. Primeiro, com o 25 de Novembro, ruirá a ideia de uma sovietização amparada nas Forças Armadas. Daí em diante, irão ruir os movimentos políticos que acalentavam o sonho de uma ''revolução socialista", sim, mas não comunista. Manifestamente, a poesia já não estava na rua, ao contrário do que vinha nos versos de Sofia e ecoava ainda nos cartazes de Vieira da Silva. Em seu lugar, reinstalava-se de novo «a prosa do mundo», para usar a terminologia hegeliana: homens e mulheres a correr de casa para o trabalho e do trabalho para casa, os murais revolucionários a desbotar como que por impotência e desalento, o estado e as instituições a reerguerem-se lentamente, os partidos políticos a tentar consolidar cada um a respectiva esfera de influência, a democracia parlamentar, em suma, a ensaiar os primeiros passos, com o seu trivial cortejo de grandezas e misérias. Nada de muito exaltante para quem tinha acreditado na mudança prometida por esse outro mito que era a Revolução, uma revolução que, em bom rigor, nem sequer o tinha sido e se ficara por um golpe de estado que o povo aclamou às primeiras horas, mas que, a breve trecho, iria dar lugar ao alvoroço constante nos quartéis e ao risco de uma guerra civil que se viveu nos meses seguintes.

[12] «A Africanização», in *Os Militares e o Poder*, Arcádia, Lisboa 1975, pp. 139-149, cf. p. 149. Texto originalmente publicado no jornal *Expresso*, em 2-08-1975. O adjectivo «crítico» funciona, aqui como em quase todos os textos deste período, como uma espécie de *caveat* para demarcar o socialismo que o autor tem em mente das realidades que se conhecem sob a mesma designação. Já num outro texto, publicado três meses antes no mesmo jornal e significativamente intitulado «Socialismo crítico ou revolução», o autor evidenciava idêntica preocupação, a qual, longe de ser meramente retórica, traduzia a necessidade que sentia de contornar a inevitável ambiguidade. Por um lado, alertava para «um voluntarismo ideológico provinciano, entretido a sonhar com "originalidades" e "exemplaridades" de perfil nebuloso, com obsessivas vias de socialismo "à portuguesa", etc.». Por outro, lembrava, na página logo a seguir, «a necessidade concreta e urgente de definir para nós próprios e em termos nossos, o perfil plausível, não de um mítico socialismo português ou à portuguesa - como se se tratasse de uma receita de bacalhau ideológico – mas de um socialismo adequado à situação geopolítica, socioeconómica e etno-cultural que Portugal representa.» *Os Militares e o Poder*, cit. pp. 114-5.

[13] O célebre «Documento dos Nove», assinado pelo grupo de militares que haviam de triunfar a 25 de Novembro e divulgado duas semanas antes, ilustra bem os termos desse dilema, ao excluir claramente o socialismo de inspiração moscovita, mas não excluindo menos o liberalismo e o sistema capitalista em vigor nos EUA e na Europa Ocidental.

4. Sinfonia e *requiem* pela revolução

Os escritos políticos de Lourenço, por essa altura, espelham bem o desencanto, aqui e ali entrecortado pela indignação partilhada por quantos haviam sonhado um «socialismo outro», fosse qual fosse o modo como o adjetivavam. Atente-se, por exemplo, no tom em que, a 24 de novembro de 1977, deplora «os caminhos que há, os da social-democracia, versão marcelista, que é a única solução para uma Revolução traída por dentro por aqueles que nunca viram nada nela mais do que a ocasião para se tornarem os mafiosos de um poder para o qual não os qualificava nem a decisão, nem a competência, nem o senso autêntico do Estado»[14]. Mais explícito ainda, quase a fechar o capítulo que dá subtítulo ao livro, «Psicanálise Mítica do Destino Português», veja-se o contraponto que aí se desenrola entre utopia e mágoa: «Nos primeiros tempos, a imagem de uma Revolução límpida, acompanhada do fervor popular, impôs-se à Europa e ao mundo com uma tal fulgurância que sob ela pudemos esconder, ou transparecer e transfigurar a amputação histórica objectiva que representou para nós o fim do império colonial». No entanto, «faltou-nos imaginação. Calçámos as pantufas dos reformados da história. (…) É certo que não fazemos ondas e que, nesse sentido, uma vez mais, agora sob o modo do democratismo mais inodoro e insípido, somos, como dizia Marcello Caetano, um ''oásis de paz" ou, em termos lunares, um ''mar de tranquilidade"»[15].

De facto, o que então assomava no «ar do tempo» era, tão simplesmente, o novo normal. E o normal, por definição, apaga sempre as pegadas do que foi levantamento, golpe de estado ou revolução. Para quem, como Lourenço, havia acreditado numa solução a que se pudesse ainda chamar socialista, isto significava a rendição, senão mesmo o risco de um retorno ao passado. Daí o tom dos seus escritos da altura e a superação ensaiada na obra de 1978. Na realidade, *O Labirinto da Saudade* representou para a mitologia da revolução o que *Os Lusíadas,* na interpretação de Lourenço*,* haviam representado para a mitologia do Império: «Da nossa intrínseca e gloriosa ficção *Os Lusíadas* são a ficção. Da nossa sonâmbula e trágica grandeza de um dia de cinquenta anos, ferida e corroída pela morte próxima, o poema é o eco sumptuoso e triste (…) simultaneamente sinfonia e *requiem*»[16]. Nenhuma fórmula resumiria com maior exactidão do que esta mescla de sinfonia e *requiem* a nostalgia e, ao mesmo tempo, o desencanto que aflora em muitas páginas do *Labirinto*. Uma sinfonia em cujos acordes vibra ainda o êxtase do primeiro momento, aquele em que o derrube do Estado Novo configurou para muitos a rediviva alucinação de uma

[14] «Obrigado a Sá Carneiro», in *O Complexo de Marx, ou o Fim do Desafio Português,* Publicações Dom Quixote, Lisboa 1979, pp. 144-6, cf. p. 145. Texto originalmente publicado na revista *Opção*, nº 83, 24/11/1977.

[15] *O Labirinto da Saudade*, cit. pp. 67-8.

[16] Ibidem, p. 22.

'terra sem amos" e onde o mito da revolução se preservaria intacto, qual sarça ardente a crepitar no deserto. Mas, ao mesmo tempo, um *requiem*, um canto do cisne por essa mesma revolução que o mito ainda preserva, embora só como utopia, à mistura com a suspeita de que as paredes do labirinto se desdobram infinitamente, sem saída para nenhum exterior de onde o ser da nação se vislumbre na sua crua e nua identidade. Se, de facto, alguma esperança ainda emana das páginas deste livro, é - uma vez mais à semelhança de Camões - uma esperança sebastianista, corporizada agora na imagem - ainda e sempre por ver - de uma identidade que seria, alegadamente, a verdadeira. «Chegou o tempo», exclama o autor, quase a terminar o capítulo «Da Literatura como Interpretação de Portugal», num tom que faz irresistivelmente lembrar o «É a Hora!» com que Pessoa termina a *Mensagem*: «Chegou o tempo de existirmos e nos vermos tais como somos»[17] .

Mas… será que podemos ver-nos «tais como somos»? Será que a imagem que de nós fazemos enquanto povo pode alguma vez coincidir com uma realidade que não seja essa mesma que se produz na imaginação? A verdade é que a identidade nacional pertence à categoria dos mitos, e os mitos são da ordem do transcendental, isto é, das condições necessárias para que uma coisa se possa pensar. Sem um pressuposto dessa natureza, jamais o povo - um sujeito empiricamente plural, mas que jurídica e politicamente se toma como singular, e ao qual se imputam direitos e ações - seria sequer imaginável. Como escreveu John Searle, «a soma de um conjunto de ''eus conscientes", mesmo que se lhe acrescente um suplemento de crenças, nunca é um ''nós consciente"»[18]. Com efeito, além de não se materializarem empírica ou sociologicamente, os mitos são impossíveis de inscrever num tempo determinado. Por natureza, eles são sem começo, fundamento sem fundo, *abgrund*, como a mística renana se referia a Deus, ou, recorrendo ao génio pessoano e à sua evocação de Viriato, «luz que precede a madrugada». E da mesma forma que são sem começo, assim também se esvanecem num futuro indefinido. Certamente, nenhuma comunidade se pode imaginar sem a percepção por assim dizer alucinatória de um «nós» que se pressupõe como autor das ações e intenções assumidas pelo conjunto. A luta de uma nação pela independência, por exemplo, tal como uma constituição, uma simples norma jurídica, ou a própria revolução, fazem-se ou promulgam-se sempre em nome de um povo que se dá por pre-existente e de objectivos que se dizem comuns. O povo, aliás, não existe senão sob essa forma reflexa de um eu colectivo, que se constitui a si mesmo e que «está assente num passado que nunca foi e num futuro que nunca se tornará presente, ou seja, num passado e num futuro que escapam ao seu controlo», conforme lembra o jurista Hans Lindhal [19].

[17] Ibidem, p. 126.

[18] J. S. Searle, *The Construction of Social Reality*, Penguin Press, London 1996, p. 24..

[19] H. Lindhal, «Constituent Power and Reflexive Identity: Towards na Ontology of Collective Selhood», *in* M. Loughlin & N. Walker (eds), *The Paradox of Contitutionalism. Constituent Power and Constitutional Form*, Oxford University Press, New York, 2008, pp. 9-24, cf. p.20**.**

Esta a razão por que o tempo da identidade nacional estará sempre por vir, e a sua imagem sempre por ver. Enquanto mito, ela é, para citar uma vez mais Fernando Pessoa, «o nada que é tudo»[20]. Ontologicamente, é um nada e, por isso mesmo, contra todas as suas versões identitárias, encontra-se infinitamente aberta à multiplicidade das interpretações, cada uma delas reclamando para si a sua exacta e exclusiva representação. Mas é um nada que é tudo, e se ela não for pressuposta, se não imaginarmos algo com que sucessivas gerações se identificam, tanto as diversas interpretações do comum, como o seu confronto, deixarão de fazer sentido. É este tudo-nada que encarna realmente o paradoxo e compromete o citado apelo de Lourenço a que, por uma vez, nos vejamos «tais como somos». Marca de um tempo vivido por uma geração que, ao romper do «dia inicial inteiro e limpo» do poema de Sophia, acordou eufórica para, daí a não muito tempo, ver esfumar-se a revolução com que muitos haviam sonhado, a utopia de um «mito realista» anunciada em *O Labirinto da Saudade* constitui, sem dúvida alguma, um final sublime para um texto a vários títulos fulgurante. Mas é também um final que, no próprio esplendor do seu carácter poético, põe a nu a sua impossibilidade de descer ao terreno da temporalidade, da contingência e do conflito, onde irremediavelmente os dados da política se jogam.

Referências bibliográficas

Barthes, R., *Mitologias*, trad. J. A. Seabra, Edições 70, Lisboa, s/d

França, J.-A., «A razão do ausente. Carta aberta a um mito chamado Eduardo Lourenço», *Prelo*, *Revista da Imprensa Nacional-Casa da Moeda*. Maio -1984, nº especial dedicado a E. Lourenço

Lindhal, H., «Constituent Power and Reflexive Identity: Towards na Ontology of Collective Selhood», *in* M. Loughlin & N. Walker (eds), *The Paradox of Contitutionalism. Constituent Power and Constitutional Form*, Oxford University Press, New York, 2008

Lourenço, E., *O Complexo de Marx, ou o Fim do Desafio Português,* Publicações Dom Quixote, Lisboa 1979

— *O Labirinto da Saudade*, Publicações Dom Quixote, Lisboa,1978

— *Os Militares e o Poder*, Arcádia, Lisboa 1975

Mattoso, J., *Identidade Nacional,* Fundação Mário Soares, Lisboa 1998

Searle, J. S., *The Construction of Social Reality*, Penguin Press, London 1996 (1ª ed. The Free Press, New York, 1995).

Sepúlveda, P., «Introdução», *in* E. Lourenço, *Obras Completas*, IX. Coordenação, organização e notas de P. Sepúlveda. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa 2020

[20] «Ulisses», in *Mensagem*, II.